Assunto: Minuta/Ofício – Propostas Plano Safra - 2024-2025.

Data: 05/03/2024

Senhor Ministro.

 A safra nacional 2023-2024, que está chegando aos armazéns, sofreu consideravelmente com o comportamento do clima. As primeiras culturas atingidas, com impactos na qualidade e na produtividade, foram a cevada e o trigo no sul do país, devido às temperaturas mais elevadas durante o inverno.

Em sequência, a safra de primavera/verão, com a redução significativa do regime de chuvas e as elevadas temperaturas desde a Região Centro-Oeste até a Sul, exceto no Rio Grande do Sul, afetaram a produtividade das lavouras de milho e soja. Com o avanço das colheitas é possível reavaliar as estimativas de produção, concluindo-se que as perspectivas de obtermos uma safra cheia não serão alcançadas. Esse fator, se configurado, trará consequências diretas sobre a capacidade de pagamento dos produtores e a realização de novos investimentos ao longo do ano em curso.

É importante destacar que o milho e a soja enfrentam redução significativa de preços. Produtores e cooperativas estão trabalhando com preços bem menores que os obtidos na safra 2022-2023. Atrelado a esse processo, a aquisição dos insumos para o plantio da safra que está sendo colhida foi realizada com preços elevados, o que acabou elevando os custos de produção. A soma desses fatores está pressionando fortemente as margens de renda, em especial, no primeiro elo da cadeia produtiva.

Com esse cenário, à medida que o planejamento avança para estruturação da safra 2024-2025, as atenções se voltam para o comportamento do clima como um elemento-chave. Segundo as instituições especializadas em meteorologia, o clima deverá passar por mudanças de El Niño para La Niña a partir de maio vindouro, com previsão de um clima mais favorável, o que poderá favorecer a produtividade e contribuir para o aumento produção e da oferta de produtos. No entanto, os eventos climáticos extremos se constituem como um fator de incerteza, influenciando no desempenho das safras.

O desafio constante para todos os produtores rurais brasileiros é como o clima irá se comportar, os quais, independentemente do que vier a ocorrer, precisam continuar produzindo para se manterem na atividade, para garantirem o abastecimento do mercado interno e uma balança comercial positiva para os produtos agropecuários. Há que se considerar, ainda, a responsabilidade dos empreendedores rurais com a segurança alimentar do país e dos vários outros parceiros comerciais ao redor do mundo, que são abastecidos com produtos do agro brasileiro.

 Sob o viés econômico, as previsões apresentam expectativas diversas, de modo especial em relação a dois pontos, inflação e consumo. Para inflação, as previsões iniciais são positivas, estimando-se algo na casa dos 3%, muito próximo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Pelo lado do consumo, com a inflação se consolidando dentro da meta, poderá haver crescimento, considerando a possibilidade de ocorrer uma corrosão menos agressiva sobre o poder de compra dos consumidores.

 Cabe destacar, ainda, outros dois fatores que certamente influenciarão na tomada de decisão para realização do plantio da futura safra e para realização de novos investimentos, a taxa SELIC e o câmbio. A primeira tem expectativa de queda projetada pelo BACEN, devendo situar-se ao redor de 9% ao final do ano em curso e, o câmbio, em torno de R$ 5/US$.

 Ante ao exposto, é necessário implementar políticas que possibilitem uma boa oferta de recursos do crédito rural com taxas de juros controladas, que promovam o reequilíbrio da capacidade de pagamento dos contratos de financiamento com a redução das taxas de juros para custeio, investimento, comercialização e industrialização adequados à nova realidade que se impõe ao setor, considerando as variáveis retro mencionadas.

Sobre os recursos destinados às operações de investimento, destacamos a necessidade de priorização às linhas destinadas à inovação e modernização da agropecuária, irrigação, à conectividade no meio rural, à mecanização e à expansão dos sistemas de energia a partir de fontes renováveis como solar fotovoltaica, biogás e biometano, sem desfocar o olhar para a logística em armazenagem, fator que continua sendo um ponto de preocupação e limitação no processo de expansão da produção nacional, obrigando os produtores a fazerem uma comercialização rápida, concentrada e, consequentemente, com preços menores.

Para atingir essas metas, estimamos que são necessários R$ 568 bilhões para a safra vindoura, sendo R$ 478 bilhões para a agricultura comercial e R$ 90 bilhões para a agricultura familiar, os quais estão detalhados no quadro anexo. Sem perder de vista o financiamento da produção, não menos importante são os recursos destinados ao seguro rural e, em ação contínua, promover um ajuste/revisão nas normas do Proagro, pois são mecanismos mitigadores de risco e pré-requisito para acesso aos recursos do crédito rural com taxas de juros controladas e amplamente utilizados no segmento dos pequenos e médios produtores rurais.

Com relação à Agricultura Familiar, as regras do Proagro estabelecidas na safra 2023-2024 têm sido um fator limitante ao acesso e à contratação do mitigador pelos agricultores familiares à proteção do risco climático. As normas atuais precisam levar em conta as mudanças climáticas abruptas e sucessivas que impõem aos produtores perdas severas e com pouca previsibilidade de recuperação do capital, mesmo que parcial, tanto pelos normativos atuais que limitam o acesso e a adesão ao programa a depender do número de comunicações feitas pelo produtor, como para acesso ao crédito rural com taxas de juros controladas.

O impacto é direto no custo da dívida, pois caso ele não tenha contratado o Proagro, o processo de renegociação irá ocorrer não mais com os juros pactuados na contratação e sim com juros de mercado, além de concorrer em um processo lento e complexo que envolve as etapas da comunicação de perdas, do pedido de vistoria, da liberação da área sinistrada para novos cultivos e do julgamento até a fase final de indenização dos financiamentos perante aos agentes financeiros.

Por fim, destacamos que as propostas anexas foram elaboradas considerando cuidadosamente a realidade atual, com a realização de consultas diretas feitas pela Organização da Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) às cooperativas e aos seus sindicatos filiados, pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FETAEP) aos seus respectivos pares, como também por esta Pasta e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), abrangendo secretarias municipais de agricultura, departamentos de agricultura e empresas de planejamento, permitindo uma aferição fina e segura da realidade do setor quanto à necessidade de recursos e o estabelecimento de taxas de juros menores que as praticadas na temporada anterior.

A maior oferta de recursos controlados destinada ao custeio, ao investimento, à industrialização e ao seguro rural será determinante para enfrentar e superar os desafios e a volatilidade que o setor está exposto ante as variáveis acima elencadas.

Assim, elaboramos e encaminhamos as propostas para a nova safra, conjuntamente, apresentando sugestões que poderão contribuir para a tomada de decisão das autoridades federais em relação às medidas do Plano Safra 2024-2025. A diretriz é continuar produzindo, agregando valor à produção e promover o crescimento de todos os elos da cadeia, gerando riquezas com responsabilidade e sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Att/.

# Norberto Anacleto Ortigara – Secretário de Estado – SEAB

Natalino Avance de Souza – Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR-PR

Ágide Maneguette – Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP

José Roberto Ricken – Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná – OCEPAR

Alexandre Leal dos Santos - Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores

Familiares do Estado do Paraná – FETAEP

# Carlos Henrique Baqueta Fávaro – Ministro - Ministério da Agricultura e Pecuária

# Luiz Paulo Teixeira - Ministro - [Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar](https://www.gov.br/mda/pt-br)